

Grupo 01 – História do Ensino de Sociologia

Coordenação:

Cristiano Bodart

Doutor em Sociologia (USP)
Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Antonio Alberto Brunetta

Doutor em Sociologia (UNESP)
Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Descrição

A pesquisa sobre a história do ensino de Sociologia no Brasil vem se constituindo como uma linha de investigação relevante para compreensão dos processos de institucionalização e legitimação do ensino das Ciências Sociais no país em seus diversos níveis. Presente nos principais debates da área, a temática vem produzindo uma série de pesquisas na pós-graduação e artigos em periódicos acadêmicos que demonstram diferentes aspectos do passado remoto e recente da disciplina, evidenciando os currículos, os manuais escolares, os diferentes sentidos pedagógicos, as perspectivas teóricas distintas, as trajetórias de agentes e instituições educacionais que foram protagonistas nesse processo. Nesse sentido, o GD busca proporcionar um espaço de diálogo e debate sobre a história do ensino das Ciências Sociais, com ênfase no Ensino Básico e Superior, considerando as múltiplas e peculiares experiências regionais, estaduais e nacionais, sejam elas no âmbito público ou privado.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. História do Ensino de Sociologia. Currículo. Ensino de Ciências Sociais.

SENTIDOS DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NAS REFORMAS EDUCACIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM A CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA BRASILEIRA: possíveis caminhos para entender dinâmicas da disciplina no século XXI.

Vinicius Carvalho Lima

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

E-mail: viniciuscarvalho.cs@gmail.com

Introdução do Problema

As propostas de inclusão da Sociologia como disciplina nos sistemas educacionais brasileiros datam do final do século XIX. No entanto, somente em 1925, a Sociologia é incluída no ensino secundário e nas Escolas Normais de Recife e do Rio de Janeiro. Na reforma de 1931, permanece no currículo, sendo retirada em 1942, com retorno em 2008 por força da lei nº 11.684 onde permanece até hoje. Pretendemos analisar os sentidos assumidos pela sociologia no currículo escolar brasileiro em três períodos: na década de 1930, sua volta em 2008 e sua presença atual na escola, faremos isto a partir da leitura das conjunturas sociopolíticas brasileiras de cada período com o objetivo de comparar/analisar os motivos pelos quais a disciplina entra e sai do currículo e as ameaças à sua consolidação no currículo escolar. Nossa hipótese é que a presença ou não da disciplina está condicionada a fatores relacionados às dinâmicas de interpretação sobre a utilidade científica da disciplina.

Metodologia

Para investigar a institucionalização da Sociologia via espaço escolar retomamos um conjunto amplo de debates que envolve reformas educacionais, reflexões sobre a educação e o ensino (feitas por sociólogos, por agentes do Estado, pela Igreja, entre outros atores), além de analisar os sentidos de cientificidade em jogo no processo de construção do conhecimento sociológico. Desse modo, foram fundamentais pesquisas documentais e bibliográficas que

recuperam a trajetória da disciplina na primeira metade do século XX a partir de enfoques diversos. Utilizamos estes documentos, além da imprensa formal, para identificar a formatação, os interesses e usos do currículo de Sociologia. Além disso, foram fundamentais as pesquisas realizadas presencialmente nos arquivos do CPDOC/FGV, no Arquivo Edgard Leuenroth e a Biblioteca Octávio Ianni (ambos do IFCH/UNICAMP), em busca – e respectiva coleta - de documentos relevantes sobre os períodos estudados.

Desenvolvimento

Os conflitos em torno da introdução, retirada e permanência da disciplina da escola brasileira exemplificam bem as relações e embates entre o campo científico e escolar de um lado, e da esfera política, de outro, presentes no processo de constituição de uma disciplina escolar. Com efeito, as relações sociais estabelecidas no processo de produção da cientificidade são complexas e devem ser constantemente (re)analisadas. Questões epistemológicas e a relação de tensão permanente entre os problemas sociais e sociológicos, que por vezes nos levam a desconstruir categorias e ângulos de visão normativos sobre os quais questionamos a realidade, são questões de grande importância para a investigação sociológica acadêmica, mas também para a prática profissional. Se os obstáculos à produção de conhecimento devem ser constantemente pensados, também a discussão sobre a escolarização e cientificidade da Sociologia é uma discussão que, de fato, não pode ser deixada de lado, e é nosso objetivo fazê-la na nossa comunicação.

Conclusões

Estabelecemos relações entre os campos da educação, história e sociologia de modo que elas funcionassem como um corpus analítico e reflexivo estruturado, pensando os agentes, sujeitos e o debate acerca da construção de sentidos para a Sociologia, investigando a produção destes ideários e os relacionando as políticas

nacionais e institucionais, e, como estes entram em disputa no campo científico de maior escopo. Com isto, acreditamos que podemos avançar em relação a conceituação de que o processo de produção de ideias e sentidos sociológicos se relacionam. A reiterada investigação da produção destes sentidos, pode nos ajudar a refletir sobre o tempo presente, sob pena de não avançarmos no debate sobre o papel da Sociologia na escola. Com o cenário ataques verificados à disciplina a partir de 2016, consideramos necessárias a manutenção e a qualificação da Sociologia no currículo escolar brasileiro, para que os discentes possam ler as dinâmicas sociais e para formação contínua de profissionais dessas áreas, que frente aos ataques realizados nos últimos anos tem visto sua demanda profissional cair vertiginosamente.

Referências

ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura. Aspectos Históricos da cadeira de Sociologia nos Estudos Secundários (1892-1925). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, p. 31-51, 2006.

ARBOLEYA, Arilda Fortunata. **Educação nos anos 1930 e os dilemas da modernização no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná Curitiba - UFPR, 2017.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais UNISINOS**, v.51, n.3, p. 251-260, 2015.

SOARES, Jefferson da Costa. A Construção do Currículo de Sociologia no Colégio Pedro II (1925-1941). **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 1, jan./abr. 2015.

OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À SOCIOLOGIA NA TRAMITAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016 NO CONGRESSO NACIONAL

Alexandre Barbosa Fraga
Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: alexbfraga@yahoo.com.br

Reconstruindo a trajetória histórica da Sociologia na educação básica pelos marcos legais (SANTOS, 2004), é possível observar quatro grandes períodos: a institucionalização (1890-1941), a exclusão (1942-1981), a reinserção gradativa (1982-2007) e o retorno obrigatório (2008-2017). O objetivo deste trabalho é compreender mais profundamente o último marco legal desse percurso: a Medida Provisória (MPV) no 746/2016, transformada na Lei no 13.415/2017, que reformou o Ensino Médio e manteve a Sociologia enquanto “estudos e práticas”, juntando-se a outras pesquisas (MACHALA, 2017; BODART; FEIJÓ, 2020). Partindo da concepção de que a análise das reformas educacionais precisa ser concomitante da tentativa de elucidar os diferentes sentidos atribuídos à Sociologia e as percepções dos atores sociais que a defenderam ou suprimiram em cada momento (Fraga, 2020), acompanhou-se toda a tramitação da Medida Provisória no 746 no Congresso Nacional e as concepções dos parlamentares.

Em termos metodológicos, observaram-se tanto os trabalhos da Comissão Mista quanto os debates e as votações nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. Para isso, as fontes documentais consultadas foram o Diário do Congresso Nacional, o Diário da Câmara dos Deputados e o Diário do Senado Federal, nos quais se tornou possível examinar reuniões, emendas, requerimentos, audiências públicas e relatórios, bem como acompanhar as posições defendidas pelos partidos, as falas de deputados e senadores e as justificativas para serem contrários ou favoráveis à presença da Sociologia na BNCC. Assistiram-se também aos vídeos com a íntegra das sessões da Câmara e do Senado, de forma a ter acesso não apenas ao que foi dito, disponível de forma

transcrita nos Diários, mas também aos gestos, ênfases e reações, elementos que necessitam de filmagens para serem observados.

A publicação da Medida Provisória nº. 746 no Diário Oficial da União, em 23 de setembro de 2016, produziu efeitos jurídicos imediatos, mas, para se converter definitivamente em lei ordinária, dependia da apreciação e aprovação pelas duas Casas do Congresso Nacional. Como essa MPV retirou a obrigatoriedade das disciplinas Arte, Educação Física, Filosofia e Sociologia na educação básica, fez os profissionais dessas áreas acompanharem com apreensão a tramitação. O primeiro passo desse processo foi a designação, em 27 de setembro, de uma Comissão Mista, formada por 12 senadores e 12 deputados, para analisar previamente os pressupostos constitucionais de relevância e urgência, o mérito e a adequação financeira e orçamentária da MPV. Essa Comissão recebeu 568 emendas de parlamentares sugerindo mudanças, entre as quais algumas buscavam evitar a exclusão da Sociologia. Em sua 12ª reunião, em 30 de novembro, o parecer da Comissão Mista foi pela aprovação da MPV e, apesar de ter decidido pela volta da obrigatoriedade de Arte e Educação Física, manteve Sociologia e Filosofia de fora. Como houve a alteração do texto original recebido, apresentou-se o Projeto de Lei de Conversão nº 34.

No próximo passo, esse projeto seguiu para o Plenário da Câmara dos Deputados, obtendo aprovação em 07 de dezembro de 2016. Apareceram críticas a não inclusão de Sociologia e Filosofia, mas o debate e a votação das emendas que pretendiam modificar partes da proposta ficaram para a próxima sessão do Plenário, no dia 13 de dezembro. Nessa data, depois de uma longa discussão sobre a presença da Sociologia no currículo, na qual se puderam perceber os diferentes sentidos atribuídos a ela, a emenda nº 24, de André Figueiredo (PDT-CE), foi amplamente aprovada, com 324 votos a favor e apenas 5 contrários. Sendo assim, acrescentou-se ao texto que a BNCC do Ensino Médio incluirá obrigatoriamente “estudos e práticas” de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia. Como terceiro passo, o projeto chegou ao Senado, mas, por se tratar de final de ano, a votação em Plenário ocorreu apenas em 8 de fevereiro de 2017, quando o texto foi aceito na forma aprovada na Câmara dos Deputados. Por fim,

no dia 16 de fevereiro de 2017, o presidente Michel Temer sancionou a reforma, transformada na Lei nº 13.415/2017.

Entre as conclusões do trabalho, puderam-se perceber, nos discursos e nas emendas dos parlamentares, divergências sobre o lugar que deveria ser ocupado pela Sociologia no currículo. Uma proposta era ela estar apenas no ensino fundamental, descartando todo o acúmulo de mais de dez anos de sua presença no Ensino Médio. Outra proposta era torná-la obrigatória na BNCC (dividindo-se em duas proposições: como disciplina ou como estudos e práticas), ou seja, na parte formativa de todos os estudantes matriculados no Ensino Médio. Por fim, uma terceira proposta defendia sua presença somente nos itinerários formativos, isto é, na parte de preparação para o vestibular voltada unicamente aos estudantes que desejarem se especializar na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Em relação aos sentidos atribuídos à Sociologia, apareceram acusações de doutrinação, mas também menções ao pensamento crítico, à reflexão sobre a realidade e à formação para a cidadania, que foram analisadas pela pesquisa.

Referências

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.13, n.2, maio/ago. 2020. Pp. 219-234.

FRAGA, Alexandre Barbosa. Uma análise crítica sobre a reconstrução da trajetória histórica da Sociologia na educação básica: investigando o chamado período de exclusão. **Ciências Sociais Unisinos**, v.56, n.1, jan./abr. 2020.

MACHALA, Bárbara Nassif. A reforma do Ensino Médio no Brasil e seu impacto no ensino da sociologia. **Revista Três pontos**, v. 14, n. 2, 2017. Pp. 17-25.

SANTOS, Mário Bispo dos. “A Sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio”. *In*: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Ijuí: Unijuí, 2004.

A SOCIOLOGIA SAI DA ESCOLA: a Reforma Capanema de 1942 e a batalha dos católicos em torno da disciplina no Brasil

Thiago da Costa Lopes
Fundação Oswaldo Cruz
Email: lopes_47@hotmail.com

No Brasil, a história da sociologia enquanto ramo que se pretendia autônomo e específico do conhecimento científico esteve de tal modo entrelaçada, nas primeiras décadas do século XX, ao ensino secundário que o fim da obrigatoriedade da disciplina no currículo escolar com a Reforma Capanema de 1942 produziu repercussões consideráveis, ainda não inteiramente investigadas pela historiografia das ciências sociais, sobre o campo de atuação profissional e a identidade social, então em vias de construção, das primeiras gerações de sociólogos que se formavam nas recém-criadas faculdades de filosofia do país.

Embora a reforma seja um episódio-chave para a história das ciências sociais e para a compreensão das disputas da época em torno da construção de uma sociologia escolar, ainda permanecem pouco claras as circunstâncias que a presidiram e, sobretudo, o papel que desempenharam os intelectuais católicos nesse processo.

Com o presente trabalho, buscamos reunir, a partir de pesquisa arquivística e análise de fontes documentais, pistas capazes de alargar nosso entendimento acerca do contexto intelectual de exclusão da sociologia dos cursos secundários e matizar algumas das interpretações mais conhecidas sobre o episódio da reforma.

À luz das posições que assumiram no debate sobre o caráter científico da sociologia, e considerando a ascendência que exerceram sobre quadros importantes do alto escalão do governo Vargas, exploramos a hipótese de que as disputas empreendidas pelos católicos no terreno das ciências sociais constituíram elemento fundamental, ainda que não exclusivo, do contexto que levou à retirada daquela disciplina das escolas brasileiras e à consequente mudança nos rumos de sua institucionalização no país.

Se é sabido que os intelectuais católicos se envolveram intimamente com a produção de manuais didáticos e cursos de sociologia no nível médio de ensino em um momento que a disciplina ganhava impulso e visibilidade nos currículos e nos debates educacionais do país, buscando disputar os conteúdos e os sentidos atrelados à sua presença nas escolas, ainda é pouco debatido por que, ao mesmo tempo, representantes expressivos desse grupo, como Alceu Amoroso Lima, defendiam sua retirada dos cursos secundários. Argumentamos que o próprio modo como os católicos definiram a sociologia nos anos 1930 e 1940, ligando-a insistentemente a querelas filosóficas e a controvérsias nos campos da ética e da metafísica, contribuía para o enfraquecimento do processo, então em curso, de institucionalização e estabilização da identidade cognitiva da disciplina enquanto uma ciência social fundada na observação do mundo natural e na pesquisa empírica sistemática. Ao que tudo indica, a preocupação desses intelectuais em demonstrar que a sociologia estava inevitavelmente presa a pressupostos epistemológicos e filosófico-antropológicos não apenas convergia com o empenho dos católicos em garantir espaços para sua “sociologia cristã” no interior das correntes teóricas e visões de mundo que a disciplina trazia em seu bojo mas também acabava por alimentar a representação social da sociologia como um campo de conhecimentos ainda amorfo, de contornos imprecisos, aberto às disputas provenientes do mundo dos valores e, portanto, não passível de sofrer uma segura e bem-sucedida transposição escolar.

Referências

BODART, Cristiano da Neves; MARCHIORI, Cassiane C. R. Fundamentos do Ensino de sociologia católica em uma escola normalista pública em 1935. **Cadernos Eletrônicos de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, 2015.

CIGALES, Marcelo P. **A Sociologia Católica no Brasil (1920-1940): análise sobre os manuais escolares**. 2019. Tese (Sociologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. Ensino da Sociologia nas escolas secundárias. **Sociologia: Revista Didática e Científica**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 290-308, 1949.

FRAGA, Alexandre Barbosa. Uma análise crítica sobre a reconstrução da trajetória histórica da Sociologia na educação básica: investigando o chamado período de exclusão. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 1, p. 38-47, 2020.

LOPES, Thiago da Costa. **Em busca da comunidade:** ciências sociais, desenvolvimento rural e diplomacia cultural nas relações Brasil – EUA (1930 – 1950). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2020. No prelo.

MACHADO, Celso de Souza. O ensino da sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 115-142, 1987.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 51, n. 3, p. 251-269, 2015.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003.

MORAES, Amaury Cesar. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

OLIVEIRA, Amurabi. Revisitando a história do ensino de Sociologia na Educação Básica. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 35, n. 2, p. 179-189, 2013.

SANTOS, Mário Bispo dos. **A sociologia no ensino médio:** o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Brasília.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: FGV & Paz e Terra, 2000.

SILVA, Elizandra C. R.; BODART, Cristiano das Neves. A formação de professores primários e as disputas ideológicas em manuais escolares de sociologia da educação (1930-1950). **Revista Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais. CABECS**, v. 3, n. 2, p. 48- 72, 2019.

A ANÁLISE DE MANUAIS ESCOLARES COMO MÉTODO AUXILIAR DO ESTUDO DA HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Caio dos Santos Tavares
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: caiotavares_@hotmailcom

Introdução

São poucas as pesquisas que se propõem a analisar manuais didáticos de Sociologia no Brasil (ENGERROFF, OLIVEIRA, 2018). Contudo, investigações recentes começam a ser desenvolvidas nos últimos anos. Em certa medida, provocado pela ampliação do interesse pelo ensino de sociologia enquanto objeto de estudo.

Os manuais didáticos são artefatos históricos, pois compreendê-lo possibilita entender o espírito de uma época (MUNAKATA, 2016), uma vez que, não devem ser entendidos como objetos neutros, mas como resultados de fenômenos sociais que se dá na escola e para além e antes dela (MAHAMUD-ANGULO, 2020), sendo reflexo de disputas políticas, ideológicas, científicas, religiosas e de concepções sociais. Ou seja, os manuais são produzidos inserido em um contexto que se configura em confluências e disputas dos campos político, religioso, científico, educacional (CIGALES, OLIVEIRA, 2020).

Nessa proposta, buscar-se apresentar uma metodologia que visa compreender aspectos da História do ensino de Sociologia explorando manuais escolares e seus autores, o que se dá a partir de uma Sociologia disposicionalista e contextualista baseada nas contribuições teórico metodológicas de Pierre Bourdieu (2009;2001;2007;1996) e Bernard Lahire (2001). A proposta metodológica é influenciada pelas pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa ConsCiências-Sociais. Tanto o grupo, quanto a presente proposta metodológica de pesquisa são orientadas pelo professor Cristiano das Neves Bodart (UFAL).

Nossa proposta de análise de manual nos ajudará a compreender as molas da ação que teriam levado um ator a confeccionar manuais didáticos de Sociologia escolar. As obras devem ser, num primeiro momento, analisadas a partir da técnica de análise das categorias e de enunciação, que será realizada como

concebida por Bardin (2006). O autor do manual didático é analisado como ator plural (LAHIRE, 2002), o que se dá a partir das perspectivas teórico metodológicas alicerçadas em Bourdieu e Lahire, nos aproximando de uma Sociologia disposicionalista e contextualista.

Além da proposta metodológica, buscamos apresentar uma exemplificação de sua utilização. No caso, tomamos como objeto de análise Fernando de Azevedo e alguns de seus manuais, a saber: *Princípios de Sociologia* (1935), *Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais* (1940) e *Introdução à Sociologia* (1940). Assim, busca-se demonstrar caminhos para examinar as obras de forma entrelaçada à trajetória de Fernando de Azevedo.

Busca-se compreender os campos sociais que o autor do manual esteve inserido ao longo de sua trajetória a fim de compreender o *stock* de *habitus*, para então, relacionar as possibilidades de ações ao conteúdo, formato e proposta do manual escolar. Para tanto, importa buscar na literatura trabalhos biográficos sobre Fernando de Azevedo (NASCIMENTO, 2012; VIESTEL, 2013) e complementar informações adicionais, se necessário, sobre sua trajetória; o que pode ser possível a partir de buscas sistematizadas em jornais da época. A Hemeroteca Nacional Digital é uma possibilidade operacional para tal busca. Nossa hipótese é que a partir dos campos sociais nos quais esteve inserido o autor dos manuais escolares é possível, em alguma medida, compreender o seu senso prático e as motivações que o levou a produzir manuais didáticos de Sociologia e suas características internas, o que corrobora para a compreensão da História da Sociologia brasileira, e, em particular, da Sociologia escolar, uma vez que muitas de suas ações e obras foram relevantes para o processo de institucionalização da disciplina na primeira metade do século XX (NASCIMENTO, 2012).

O trabalho, além desta introdução e das considerações finais, está organizado em três seções. Na primeira é apresentado o contexto que Fernando de Azevedo esteve inserido, na segunda o desenho metodológico e a terceira uma análise exemplar, ainda que não concluída ou exaurida as possibilidades que a metodologia oferece.

O contexto que Fernando de Azevedo esteve inserido

Nesta seção temos a finalidade de contextualizarmos o objeto de nossa exemplificação apresentaremos aspectos gerais das circunstâncias que viveu Fernando de Azevedo. Fernando de Azevedo foi responsável pela fundação do primeiro curso de formação de professores de Ciências Sociais no Brasil, na Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e o primeiro a ocupar a cadeira de Sociologia nessa instituição. Assumiu a coordenação da coleção na Biblioteca Nacional, tendo sido responsável por publicar importantes obras da Sociologia nos anos de 1930, 1940 e 1950, o que faz com que sua biografia esteja entrelaçada à institucionalização da Sociologia no Brasil (NASCIMENTO, 2012), o que nos levou a toma-lo como objeto Sociológico, numa proposta de fazermos uma sociologia em escala individual (LAHIRE, 2002).

A trajetória de Azevedo é intrincada de disputas políticas e suas obras foram produzidas nesse contexto. Azevedo defendendo o pressuposto de que a Sociologia teria a função de contribuir para analisar e planejar a Educação brasileira (PENNA, 2010) atuou como relator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932 (AZEVEDO, 1932), se contraponto ao modelo educacional baseado em uma concepção elitista que renegava o seu acesso aos mais pobres. Cabe destacar que a Igreja Católica salvaguardava e orientava os rumos dessa educação excludente desde o período colonial (MACHADO; TERUYA, 2007). Em vista disso, havia um campo educacional marcado por disputas, que, por um lado estavam os intelectuais católicos e, por outro, os intelectuais escolanovistas, ambos ricos em capitais cultural e social. Os católicos, muitos eclesiásticos, possuíam com contato aberto com a Igreja Católica, defendendo o modelo confessional de educação (XAVIER, 2003). Já os escolanovistas, inseridos em cargos públicos, defendiam que escola deveria ser pública e laica (REZENDE, 2013). A implementação dos princípios do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova chegou em seu apogeu no ano de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo (USP) (BOTO, 2019) e Azevedo esteve envolvido diretamente e de forma proeminente nesses embates.

Um aspecto inquietante na biografia de Azevedo é o fato de não ter cursado Ciências Sociais ou Sociologia e ainda assim ter produzido importantes compêndios de Sociologia: Princípios de Sociologia (1935), Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais (1940) e Introdução à Sociologia (1940). Assim, indagamos o que o levou a produzir manuais didáticos voltados a Sociologia? Nossa hipótese - a ser testada - é que suas ações, são manifestações de seu senso prático, o qual é resultante do stock de habitus, ou pré-disposições, produzidas no interior de variados espaços sociais (campos sociais ou não). Compreender tais contextos e as suas disposições nos campos intelectual, político e educacional nos fornecerá elementos para desvelar como se produziu um autor-sociólogo sem que este tenha se formado em Ciências Sociais ou Sociologia.

Tomaremos como ponto de partida outros trabalhos que tiveram a pretensão de: investigar a biografia desse sociólogo (NASCIMENTO, 2012 ;VIESTEL, 2013); analisar o conteúdo de suas obras (PENNA, 2010; BODART, SOUZA, 2019); assim como, investigações que utilizaram manuais escrito por Azevedo a fim entender à institucionalização da Sociologia no Brasil (MEUCCI, 2000; CIGALES, 2014).

Penna (2010) em seus escritos realizou um trabalho que visava partir da análise das obras de Azevedo compreender como esse autor teorizou a modernização brasileira. Bodart e Souza (2019) realizaram análise de conteúdo de três manuais de Sociologia Educacional. Entre as obras investigadas estava “Sociologia Educacional”, de Fernando de Azevedo. Os autores buscaram “elucidar o que era privilegiado na Sociologia Educacional no Brasil durante os anos de 1940” (BODART, SOUZA, 2019, p.63). Meucci (2000) fez uma análise dos primeiros manuais de Sociologia produzidos no Brasil, incluindo alguns produzidos por Azevedo, centrando sua investigação no propósito de "identificar o modo como o conhecimento sociológico foi reunido, sistematizado, legitimado" (MEUCCI, 2000, p. 5). O estudo de Cigales (2014), similarmente se propôs entender a institucionalização da Sociologia no Brasil, tendo explorado aos conflitos entre os sociólogos cristãos e laicos. Para isso, investigou dois manuais de Sociologia educacional, um escrito por Amaral

Fontoura, expoente da corrente de pensamento católico, e um publicado por Fernando de Azevedo, representante da corrente laica ou cientificista. Nascimento (2012) centrou na biografia de Fernando de Azevedo procurando enfatizar sua importância para a institucionalização da Sociologia. Diferentemente de Meucci (2000) e Cigales (2014) a autora não realizou análise de nenhuma obra. Viestel (2013) faz um estudo biográfico, sob a perspectiva de Norbert Elias, tomando como fonte a autobiografia escrita pelo Fernando de Azevedo, nomeada como “História de Minha Vida”.

A proposta desta investigação se distingue de Meucci (2000), Penna (2010), Nascimento (2012), Viestel (2013), Cigales (2014), Bodart e Souza (2019), por buscar compreender quais são as molas da ação que levam o autor a produzir as obras. Nossa pesquisa procura compreender como e porquê Fernando de Azevedo pensou sociologicamente, optou por método sociológico e escolheu determinados objetos de análise caros à Sociologia. Consideramos ser preciso reconstruir sua trajetória, buscando compreender em quais campos sociais (e outros espaços) esteve inserido e, conseqüentemente, entender seu senso prático. Partindo dessa premissa, buscaremos desvelar aspectos que possam ter orientado a escolha de Fernando de Azevedo pelo campo da Sociologia, assim como ter lhe influenciado a produzir obras dessa área de conhecimento, inclusive voltados para a Educação. Buscaremos realizar esse intuito à luz das contribuições teóricas e metodológicas de Bourdieu e Lahire.

Partirmos da proposição de Bourdieu (2009) que o indivíduo socializado executa ações mediante o senso prático adquirido ao longo de experiências similares, as quais o orienta, em certa medida, a responder de maneira socialmente apropriada as exigências do contexto (BOURDIEU,1996). Contudo, curiosamente, nosso objeto de estudo (Fernando de Azevedo) não é formado em Ciências Sociais/Sociologia, ou seja, não incorporou enquanto aluno experiências anteriores no lócus acadêmico voltado à Sociologia, mas ainda assim adquiriu senso prático de Sociólogo. Portanto, para entendermos a produção de seu senso prático é necessário: i) reconstituir sua trajetória como ator plural, buscando desvelar a sua produção de stock de habitus (LAHIRE,2002) e; ii) identificar e compreender os campos sociais (e demais espaços sociais) que esteve inserido, os

capitais simbólicos adquiridos e a sua disposição no interior desses campos. Ambas as ações que propomos estão imbricadas, sendo apresentadas em separado apenas para fins didáticos de exposição.

Devemos salientar que na teoria bourdiesiana o habitus é um sistema de orientação que predis põem o ator a efetuar suas escolhas, ou seja, a um senso prático. Isto posto, esse agente passa pelo processo de socialização e, em alguma medida, se singulariza nas relações sociais estabelecidas (BOURDIEU, 2001). Por esse ângulo, o habitus é um conjunto de disposições duráveis à ação que regula a conduta dos agentes na estrutura social a partir dos valores incorporados (BOURDIEU, 2007). Todavia, a partir das contribuições de Lahire (2002), consideramos que os indivíduos dispõem de habitus plural, já que a sua vivência em sociedade não é restrita a um campo social, pois o agente transita em outros campos sociais adquirindo um stock de habitus com gêneses diversas, o que amplia as possibilidades de variações das ações, ainda que no interior de uma mesma classe social. Fernando de Azevedo esteve inserido, ao menos, nos campos intelectual, político e educacional.

A proposta metodológica

Apresentamos nesta seção o desenho metodológico de um tipo de pesquisa que visa compreender o que levou um autor a elaborar manuais didáticos de Sociologia escolar. Para tal fim, precisamos entender a materialização do senso prático nos manuais didáticos; analisar nos manuais as perspectivas teóricas-metodológicas e suas opções didáticas; reconstruir a trajetória do autor; investigar na trajetória do autor quais foram os espaços sociais e os campos sociais ocupados; identificar quais os principais capitais simbólicos que esteve disputando em sua trajetória e compreender a lógica de funcionamento dos campos sociais que esteve inserido.

Metodologicamente a pesquisa se desenvolve em dois momentos. Na primeira fase busca-se fazer o levantamento biográfico. Para isso, é fundamental fazer a coleta de dados secundários, realizando uma busca para saber os estudos que forma produzidos por outros autores acerca do seu objeto de estudo. Além disso, afim de

coletar mais informações o site da emeroteca Nacional Digital contribui para reconstituir a trajetória do autor em análise devido ao seu amplo acervo.

A análise dos dados tem a fundamentação teórica-metodológica nos sociólogos Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Portanto, compreendendo a trajetória do autor como ator plural, identificando o campos sociais (e outros espaços não classificáveis como campo) que percorreu com o intuito de entendermos como produziu o seu stock de habitus (LAHIRE, 2002) que teria contribuído com a materialização de seu senso prático nos manuais didáticos.

No segundo momento busca-se a analisar os manuais didáticos com a finalidade de compreender a materialização do senso prático do autor. Assim, procurando identificar perspectiva teórica-metodológica, o conteúdo e os elementos didáticos presentes nas obras. Como afirma Triviños (1987, p. 162) “não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise, tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem”, por isso adotamos a técnica de análise das categorias e análise da enunciação, as quais nos parecem mais adequadas à finalidade deste estudo. Estruturamos a análise em: i) pré-análise; ii) exploração do material e; iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, como concebido por Bardin (2006).

Na próxima seção iremos evidenciar o modo que realizamos a nossa pesquisa.

Procedimentos metodológicos: O caso de Fernando de Azevedo

Nossa metodologia está dividida em duas fases. Sendo que na primeira vamos esmiuçar como realizamos a coleta de dados afim de compreendermos a trajetória do autor e na segunda o modo que analisamos os manuais didáticos escrito por Fernando de Azevedo com a finalidade de identificar a materialização de seu senso prático.

Neste primeiro momento para construirmos a trajetória de Fernando de Azevedo iremos utilizar outros estudos biográfico de Azevedo, tais como os estudos de Nascimento (2012) e Viestel (2013). Além disso, as informações

encontradas foram agregadas com busca sistematizada na Hemeroteca Nacional¹ a partir do seguinte descritor: “Fernando de Azevedo”. O recorte temporal da pesquisa no acervo será de 1894 (ano de nascimento do autor) até 1940 (ano da publicação da última obra analisada). Nossa coleta na Hemeroteca Nacional ocorreu entre os meses de março e setembro de 2020.

Nossa pesquisa foi realizada nos jornais dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nossa justificativa para escolher esses estados são as seguintes:

- Rio de Janeiro

- 1- Fernando de Azevedo chegou morar neste estado quando ocupou o cargo de diretor de instrução pública no Distrito Federal;

- 2- No período analisado era a capital do Brasil, logo o Estado do Rio de Janeiro tinha uma relevância política na época e concentrava a maior parte dos jornais.

- São Paulo

- 1- Foi em São Paulo que Fernando de Azevedo iniciou sua trajetória acadêmica e neste local que começou a ganhar relevância no debate educacional.;

- 2- São Paulo já era considerada o centro cultural e econômico do país e ao lado do Rio de Janeiro possuiu a maior parte dos jornais.

A seguir apresentaremos duas tabelas com o intuito de mostrar o universo da pesquisa.

Tabela 1- Universo da Pesquisa no estado do Rio de Janeiro

Cidade	Período	Ocorrências	Acervos	Páginas
RJ	1890 - 1899	68	287	1.198.575
RJ	1900- 1909	68	273	1.810.000
RJ	1910- 1919	372	212	2.199.087
RJ	1920-1929	2.665	178	2.736.205
RJ	1930-1939	3.348	164	3.214.192
RJ	1940-1949	1.296	143	3.204.058
Total		7817	1257	14.362.117

Fonte: Elaboração própria a partir dos Hemeroteca Digital Brasileira (2020).

¹ A Hemeroteca Digital Brasileira é o maior portal de jornais e revistas nacionais. O acesso é público com um amplo sistema de pesquisa. Disponível do site da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

Tabela 2- Universo da Pesquisa no estado do São Paulo

Cidade	Período	Ocorrências	Acervos	Páginas
SP	1891 - 1899	1	130	65.889
SP	1900- 1910	46	37	266.782
SP	1910- 1919	2	47	111.877
SP	1920-1929	426	45	380.361
SP	1930-1939	474	32	285.383
SP	1940-1949	313	28	414.256
Total		1262	319	1.524.548

Fonte: Elaboração própria a partir dos Hemeroteca Digital Brasileira (2020).

As tabelas 1 e 2 indicam a quantidade de vezes que apareceu o descrito escolhido em ocorrências, o total de jornais selecionados em acervos e suas respectivas páginas no período em análise. Chamamos atenção ao item ocorrências, pois na busca realizada pelo site não são todas as informações contidas que nos leva ao nosso objeto de estudo, já que temos dois problemas: 1- temos nomes que são homônimos; e 2 – reportagens repetidas que foram excluídas. Assim, utilizamos a nossa subjetividade no instante de separarmos as informações relevantes para o nosso objetivo.

Além disso, o site da Hemeroteca Digital Brasileira oferece diversas opções de busca. Portanto, acreditamos que seja necessário para o objetivo deste trabalho demonstra os caminhos que percorremos para coletarmos os dados da nossa pesquisa.

Na sequência demonstraremos como ocorreu essa busca sistematizada no site.

Imagem 1 - Página inicial do site da Hemeroteca Digital Brasileira



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Na página inicial do site Biblioteca Nacional digital do Brasil clicamos no ícone chamado “Hemeroteca Digital”. Quando clicamos a tela apresenta uma parte com o título em laranja chamado Hemeroteca Digital, abaixo apresenta algumas funções para realizarmos a busca:

Imagem 2 - Página inicial do site da Hemeroteca Digital Brasileira



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Como visto na imagem temos três opções na parte superior (periódico, período e local) e três opções logo abaixo (periódico, período e pesquisar) que nos ajudam a personalizar a nossa procura.

Imagem 3 - Página do site da Hemeroteca Digital Brasileira



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

Exemplificando clicamos na aba período, após escolhemos entre 1900-1909, local Rio de Janeiro (RJ), na barra periódico mostra que naquela época tínhamos 273 jornais e solicitamos que fosse pesquisado a partir do descritor "Fernando de Azevedo". Quando clicamos em pesquisar abre a seguinte página:

Imagem 4 - Página do site da Hemeroteca Digital Brasileira

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
Jornal do Brasil (RJ) - 1900 a 1909	36138	17	
Almanak Lavarent. Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940	122275	10	
Gazeta de Notícias (RJ) - 1900 a 1919	48801	8	
O Paiz (RJ) - 1900 e 1909	22179	7	
Correio da Manhã (RJ) - 1901 a 1909	21829	6	
A Imprensa (RJ) - 1898 a 1914	20297	4	
A União (RJ) - 1915 a 1950	8963	4	
Jornal do Commercio (RJ) - 1900 a 1909	18816	3	
O Lynce (RJ) - 1895 a 1909	2739	3	
O Fluminense (RJ) - 1900 a 1909	13974	2	
O Tico-Tico - Jornal das crianças (RJ) - 1895 a 1951	52935	2	
Diário da Manhã (RJ) - 1900 a 1910	11181	1	

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

De vermelho na parte superior temos as seguintes categorias descrição que apresenta o nome do jornal, seu local e o período analisado, ao lado de temos páginas que exhibe o total de páginas publicadas pelo jornal neste período em análise e ocorrências mostra a quantidade que o descritor “Fernando de Azevedo” apareceu. Quando clicamos em um dos jornais é apresentado a seguinte tela:

Imagem 5 - Página do site da Hemeroteca Digital Brasileira



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

É mostrado o jornal escolhido, o ano e a edição. Além disso, é aberto justamente na página que aparece a ocorrência do descritor solicitado para busca no caso “Fernando de Azevedo”. Perceba que neste jornal temos 17 ocorrências neste período. Ou seja, são 17 vezes que o nome do autor apareceu. Devemos considerar que não são todas as situações que a busca nos leva ao objeto de nosso estudo, pois temos alguns nomes que são homônimos. Assim, para selecionarmos o conteúdo que nos interessa foi realizado uma leitura previa de cada texto que citou o nome do autor com a finalidade de verificar se de fato a notícia estava abordando Fernando de Azevedo.

Após a coleta dos dados na Hemeroteca Digital Brasileira categorizamos as informações extraídas a partir adequação das notícias dos jornais em campos intelectual, educacional, educação física e político. Realizando dessa forma nos

ajudou a identificar os campos que Fernando de Azevedo transitou permitindo a compreender a trajetória do autor a partir das contribuições teórica-metodológica de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. Neste sentido, fazendo uma análise sociológica disposicionalista e contextualista.

Nesse sentido, elaborando a biografia de Azevedo como ator plural, evidenciamos os campos sociais (e outros espaços não classificáveis como campo) que transitou com a finalidade de entendermos o seu *stock* de *habitus* (LAHIRE, 2002) que teria impulsionado sua ação de elaborar compêndios de Sociologia.

Neste segundo momento da nossa metodologia tem o objetivo identificar a materialização do senso prático do autor nos manuais didáticos: Princípios de Sociologia (1935), Sociologia Educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais (1940) e Introdução à Sociologia (1940)

Ao realizar a análise sociológica da produção dos manuais didáticos. Devemos considerar que cada elemento contido no material é resultado das relações sociais que são estabelecidas. Assim, existe uma intencionalidade nas ações realizadas. Portanto, não é um ato gratuito e indiferente (CIGALES, OLIVEIRA, 2020). Quando estamos ao realizarmos a investigação das obras não estamos interessada apenas em descrever seu conteúdo e sua lógica interna: “deve buscar, sobretudo, compreender a relação entre esse nível de análise e a lógica externa a que responde todo o processo de produção, circulação e utilização dos manuais na cultura escolar” (CIGALES, OLIVEIRA, 2020, p.10).

Mesmo que os manuais sejam produzidos para o ambiente escolar, seus conteúdos são resultados de disputas políticas, religiosas, valores e científicas que extrapolam os limites desta instituição (CIGALES, OLIVEIRA, 2020). Portanto, é necessário no momento de realizar a análise seja preciso contextualizar o modo como ocorreu a produção e reprodução do conhecimento (MARTÍNEZ, 2018). Neste sentido, indiretamente ou diretamente Igreja, Estado, mídia entre outras instituições sociais influenciam naquilo que está posto nos livros didáticos que são reflexo espírito de uma época (MAGALHÃES, 2011; MAIA, 2017).

Além disso, é preciso averiguar quais foram os autores escolhidos, quantidade de páginas dedicadas a esses autores e modo como foi realizado o diálogo do Fernando de Azevedo com essas teorias. A materialização dos manuais é resultado das estruturas incorporadas pelos autores. Ou seja, através das relações que estabeleceu ao longo de sua trajetória de vida. Todavia, outros agentes sociais estão envolvidos na elaboração do manual. Assim, o manual é materialização de conjunto de relações sociais realizadas por diversos agentes que orientam suas práticas a partir das disposições incorporadas (CIGALES, OLIVEIRA, 2020).

Nos baseando em Bardin (2006), consideremos os seguintes elementos na análise dos manuais didáticos: i) elementos pré- textuais; ii) elementos textuais (Descrevendo a estrutura da obra e uma análise de seu conteúdo) e; iv) filiação teórica. Em suma, quais foram as correntes teóricas, temas abordados e autores citados.

Considerações finais

Apresentamos uma proposta de análise dos manuais didáticos alicerçada na teoria e metodologia de Bourdieu e Lahire, nos aproximando de uma Sociologia disposicionalista e contextualista. Nesse sentido, apontando aspectos que podem contribuir com os estudos dos manuais escolares.

Abrimos caminhos para uma análise sociológica dos manuais e entrelaçando com a trajetória de um indivíduo. No caso Fernando de Azevedo que possui uma relevância seminal na institucionalização da Sociologia no Brasil. Contudo, mesmo que esse agente teve sua atuação nos embates para consolidação da Sociologia, esse não passou pelo processo de socialização dos conteúdos dessa área do conhecimento na Universidade. Portanto, nossa metodologia visou dar conta de compreendermos a trajetória desse autor que mesmo não tendo formação acabou confeccionando obras sociológicas.

Acreditamos que nossa proposta metodológica possa contribuir com os estudos de manuais didáticos no Brasil. Oferecendo a possibilidade de analisar essas obras de um modo que vislumbrem não como sendo algo neutro, mas que

são resultados de disputas e que a materialização dos manuais é produto das estruturas incorporadas pelo autor da obra (ENGERROFF, OLIVEIRA, 2018).

Referências

AZEVEDO, Fernando de. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia**: pequena introdução ao estudo da sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

AZEVEDO, Fernando de. **Sociologia educacional**: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

AZEVEDO, Fernando de. **A Reconstrução Educacional do Brasil**: ao povo e ao governo. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Rio de Janeiro, 1932.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. De L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton. Os manuais de Sociologia Educacional nos anos de 1940: contexto de produção, autores, estruturas didáticas e perspectivas teóricas. **Revista Em Tese**, v. 16, n. 1, 2019.

BOTO, Carlota. A intelectualidade paulista, o Manifesto dos Pioneiros e a Universidade de São Paulo em sua primeira “missão”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 19-34, jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CIGALES, Marcelo Pinheiro. Dilemas da sociologia no Brasil: análise sobre os manuais escolares de Amaral Fontoura e Fernando de Azevedo. **Revista Alabastro**, v. 2, n. 4, p. 65-78, 2014.

CIGALES, Marcelo; OLIVEIRA, Amurabi. Aspectos metodológicos na análise de manuais escolares: uma perspectiva relacional. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, e097, 2020.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amurabi. Os sentidos da sociologia escolar nos livros didáticos no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**. V. 15, n. 30, 2018.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Tradução de: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAGALHÃES, J. **O mural do tempo: manuais escolares em Portugal**. Lisboa, PT: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. 2011.

MARTÍNEZ, Juan Carlos Bel; RUBIO, Juan Carlos Colomer. (2018). Teoría y metodología de investigación sobre libros de texto: análisis didáctico de las actividades, las imágenes y los recursos digitales en la enseñanza de las Ciencias Sociales. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230082, 2018.

MAIA, Cristina. Investigação qualitativa e métodos mistos em Manuais Escolares: um estudo comparativo europeu. Atas Investigação Qualitativa em Educação do **6.º Congresso Ibero Americano en Investigación Cualitativa**. 2nd International Symposium on Qualitative Research (pp. 1672-1681). Salamanca, Espanha. 2017.

MAHAMUD-ANGULO, Kira. Propuesta metodológica multimodal e interdisciplinar en investigación manualística. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 20, e097, 2020.

MUNAKATA, Kazumi. O livro escolar como índice da cultura escolar. **História da Educação**, v.20, n.50, p.119138, 2016.

(RE)CONSTRUINDO A REVISTA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: uma revista de professores de Sociologia na Educação Básica

Valéria Lopes Peçanha

Colégio Pedro II

E-mail: vallpecanha@gmail.com

No presente trabalho aborda-se a reconstrução da Revista Perspectiva Sociológica (RPS), entre os anos de 2015 e 2018, que compõe um quadro mais amplo de surgimento e consolidação das publicações acadêmicas sobre Ensino de Sociologia no Brasil. Além de relatar o processo de reconstrução, retomando a trajetória desta revista ligada ao Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II (instituição educacional federal no RJ), estabelece-se diálogo com o levantamento de Bodart e Souza (2017) sobre os dossiês de Ensino de Sociologia publicados entre 2007 e 2017.

Entre os anos de 2015 e 2018, nos dedicamos à reconstrução da RPS com a primeira tarefa de solucionar o passivo gerado pela interrupção do fluxo editorial da revista entre os anos de 2011 e 2014. Nesta primeira etapa, buscamos também superar entraves técnicos naquele contexto de fortalecimento institucional, em seria criado o Espiral - Portal de Publicações do CPII em 2015.

Criada em 2008, a RPS² surgiu como um periódico semestral “de cunho científico e escolar” no contexto em que a instituição “comemora[va] seus 170 anos e, também, festeja[va] os 80 anos da implantação da Sociologia” como um “novo vetor educacional” de produção docente e discente do saber sociológico desenvolvido na instituição, visando dialogar com a comunidade escolar e com a sociedade civil.

Ao iniciarmos a etapa de reconstrução da proposta da revista, a RPS contava com publicações de 2008 a 2010 disponíveis em plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) recomendado pela CAPES, que seriam

² Disponível em: < <https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS>>.

integradas no Espiral³, além de contar com um site onde foi publicada em 2012 a edição especial de Homenagem à professora Luitgard Oliveira Calvalcanti Barros.

No decurso da reconstrução da RPS, com a recomposição do conselho e da equipe editorial, a linha editorial e o formato da revista se pautarão pela identidade “a revista de professores de Sociologia”, com a organização em seções específicas para abranger práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Educação Básica por professores de Sociologia. Nesta nova identidade e formato, além de artigos científicos, resenhas e entrevistas, são criadas ainda seções como experimentações pedagógicas e espaço discente.

Nesta linha editorial consonante ao fortalecimento do campo, a proposta da RPS passará a ser definida como “divulgar a produção dos saberes gerados a partir das experiências e reflexões, docentes e discentes, relacionadas à Sociologia e às Ciências Sociais na Educação Básica do Brasil” de forma a valorizar a “diversidade de formas pelas quais os saberes sociológicos se constituem” e a fortalecer o Ensino de Sociologia e a Educação. Para isso estruturando o sistema avaliação por pares (peer-review) e mobilizando uma rede de profissionais como pareceristas que tornam a política de acesso livre possível graças ao caráter colaborativo do processo.

Até o fim de 2018 os progressos de estruturação que resultaram no reestabelecimento do processo editorial da RPS, geraram a abertura de novas chamadas com circulação nacional, a produção de novas edições – indexadas nos principais diretórios de publicação científica do país – em torno de novos temas e questões relacionadas aos atuais desafios do Ensino de Sociologia em sua interface com o Ensino de Sociologia, tais como questões de gênero, de direitos humanos e a reforma do Ensino Médio no Brasil, dentre outros.

Com base no levantamento de Bodart e Souza (2017) sobre os dossiês de Ensino de Sociologia publicados entre 2007 e 2017, vemos que da criação da RPS em 2008 ao fim da etapa de sua reconstrução em 2018, o trabalho desenvolvido na revista compõe um quadro mais amplo de “recente e rápido crescimento de espaço dado à temática ensino de Sociologia” (BODART; SOUZA, 2017, p. 546). O

³ Disponível em: < https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/3035-portal-espiral%20re%C3%BAne-publica%C3%A7%C3%B5es-do-cpii.html >

quadro traçado no referido levantamento aponta para uma abertura de espaço qualificado de publicação acadêmica à temática pela via de dossiês, organizados majoritariamente por professores licenciados e com experiência docente, resultando “em dez anos, [em] 19 revistas, sendo 24 dossiês com 199 artigos” que mobilizam “197 pesquisadores”, com predominância de doutores, mas também com o “incremento da participação de mestres, graduados e graduandos” (idem).

Neste quadro, a RPS se destaca como uma revista do Ensino Sociologia e da Educação Básica, cuja linha editorial referenciada neste segmento de ensino se abre ao saber discente, num cenário de publicações majoritariamente ligadas às universidades federais e estaduais. O Sudeste como região que “concentra o maior volume de produção acadêmica do país” destacou-se no levantamento pela baixa representatividade de publicação de dossiês - com exceção das publicações da RPS e do dossiê publicado em 2011 pelo Caderno CEDES da UNICAMP -, em contraste com os 36% de publicações de autores ligados às universidades públicas do Sudeste que demonstra o peso da região na produção acadêmica em geral não se refletiu na abertura do espaço para as publicações. De modo distinto, a Perspectiva Sociológica tem buscado fomentar os espaços de publicação sobre Ensino de Sociologia no Brasil e ampliar a articulação com os institutos federais, com as redes estaduais de Educação e com as universidades.

Palavras-chave: Revista científica. Ensino de Sociologia. Publicação acadêmica. Educação.

Referências

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, E. D. Configurações do ensino de sociologia como subcampo de pesquisa: análise dos dossiês publicados em periódicos acadêmicos. **Unisinos**, set/dez 2017, pp 543-557.